

A CONTRIBUIÇÃO DO ACESSO LIVRE À INFORMAÇÃO CIENTÍFICA PARA EDUCAÇÃO EM SAÚDE – Um estudo exploratório

Ilma Horsth Noronha; José Maria Jardim e Sandra Lúcia Rebel Gomes

Introdução

Na Saúde, a informação exerce um papel central no registro das observações sobre a atividade profissional no prontuário, na elaboração de sistemas de informação para acompanhamento do perfil epidemiológico, na tomada de decisão clínica e no ilimitado e fértil campo da pesquisa e da formação de profissionais aptos a enfrentar os desafios do trabalho na Saúde.

Um estudo realizado por Martins (2002) constatou que aproximadamente 50% da produção científica mundial é produzida no campo da Saúde. Assim, é grande a pressão para publicação, requisito importante para o progresso da pesquisa que, via de regra, no Brasil e nos demais países periféricos é feita em universidades ou institutos de pesquisa e financiadas com recursos públicos. Cria-se a expectativa de que seus resultados uma vez socializados possam ser utilizados em novas pesquisas. O compromisso do pesquisador com a publicação dos resultados das pesquisas é explicitado por Hanard (2008) um dos líderes do Acesso Livre, enfatizando que “as pesquisas e os pesquisadores recebem apoio financeiro não somente pela condução da pesquisa, mas, também, para tornar suas descobertas públicas quando da sua publicação. Sua contratação, salários, carreiras e fundos de pesquisa dependem da publicação de suas descobertas. Isso é o que se chama “publique ou pereça”.

A necessidade de desenhar novas estratégias que acelerem a difusão da informação científica, ampliando as possibilidades da efetiva incorporação do conhecimento no mundo das práticas da atenção em saúde encontra um aliado de peso no movimento internacional do Acesso Livre. A adoção de estratégias de Acesso Livre contribui para ampliar a visibilidade do resultado das pesquisas e, conseqüentemente a possibilidade de citação do autor, potencializando a geração de conhecimento sobre os problemas de saúde das populações negligenciadas, maior visibilidade para os pesquisadores voltados pra tais estudos e a inclusão da produção brasileira no cenário internacional da ciência.

Objetivo: refletir sobre o Acesso Livre no Brasil considerando a percepção e o comportamento dos gestores e pesquisadores do campo da saúde visando a contribuir para a elaboração de uma agenda de estratégias que possibilitem a ampliação da visibilidade e do acesso à informação científica em saúde produzida no país.

Metodologia: Trata-se de um estudo exploratório visando a identificação dos fatores políticos, econômicos e institucionais que contribuem para a pouca visibilidade da produção científica em saúde no Brasil e explique os motivos da baixa adesão de pesquisadores/autores brasileiros ao movimento do Acesso Livre. Com base nos procedimentos metodológicos a serem adotados pretende-se elaborar um instrumento que permita o mapeamento das experiências nacionais, valendo-se do contato direto, em entrevistas, com os interlocutores/atores proeminentes.

Resultados esperados: Oferecer elementos para formulação de uma agenda positiva, capazes de contribuir para ampliar a percepção do impacto da informação científica e tecnológica em Saúde produzida no Brasil e financiada com recursos públicos no âmbito do livre acesso. A literatura estudada oferece elementos para que se compreenda que o ponto chave é reconhecer que o conhecimento tem seus benefícios sociais, econômicos e intelectuais potencialmente ampliados quando sua difusão e acesso encontram-se no terreno do domínio público.

Discussão

Vinte anos se passaram desde o surgimento do movimento do acesso livre e, ao longo desse tempo, fortaleceu-se em expressivo segmento da comunidade científica a compreensão de que a informação científica é um bem público essencial para o desenvolvimento humano e social e, por isso, deve ser de livre acesso. Embora esse entendimento ainda não seja consenso, existe um campo fértil para a criação de novas estratégias visando a ampliação do acesso livre à informação científica e, sem dúvida, essa é uma questão crucial para o avanço da ciência nos países pobres e em desenvolvimento como é o caso do Brasil.

Sobre as dificuldades e barreiras na Comunicação Científica, (ALPERIN et al 2008) assumem que estas são inerentes ao processo de divulgação dos resultados de pesquisa. Estes Autores se dizem conscientes das diferenças e desigualdades nos processos de produção, circulação e legitimação do conhecimento científico resultantes das noções de "central" e "periferia" no que diz respeito à produção acadêmica.

No caso do Brasil, como nos demais países periféricos, considerados ainda em desenvolvimento, uma das principais barreiras que impede a adesão por parte de um segmento importante da Comunidade Científica às estratégias do Acesso Livre, diz respeito a política implementada por agentes do Estado, responsáveis pela definição dos atuais critérios de avaliação da produção científica. No Brasil há, reconhecidamente, uma grande dificuldade por parte da maioria dos pesquisadores em atender às exigências dos critérios do Institute for Scientific Information (ISI) e outras métricas semelhantes surgidas recentemente. A adoção desses critérios pelas agências e instituições estatais brasileiras de apoio e fomento à pesquisa demonstra aspectos que evidenciam uma grande contradição na gestão da ciência brasileira e no meio acadêmico gera dificuldades para ampliar a visibilidade aos resultados das pesquisas.

Sobre as limitações das políticas nacionais de acesso aberto, Ortellado (2008, p. 189) aponta um problema que atinge não somente o Brasil, mas os países periféricos de um modo geral. Trata-se da falta de opção de veículos, locais ou regionais, de alta visibilidade, para publicação de artigos sobre relevantes resultados de pesquisa. Um trabalho científico de qualidade diferenciada leva seu autor a buscar publicá-lo em periódicos indexados no (ISI) ou em algum outro veículo bem pontuado pelas agências brasileiras de fomento. Deve-se ressaltar que o Science Citation Index (SCI), que é a publicação do ISI, indexa apenas vinte e três periódicos brasileiros, e, dentre estes, apenas dois em Ciências Sociais.

Diante de um universo nacional tão restrito, uma pequena parte dos trabalhos considerados de excelência, desenvolvidos por pesquisadores brasileiros mas de interesse científico para os países do Norte, é publicada em periódicos controlados por editoras privadas internacionais enquanto outros permanecem visíveis apenas no país. Por outro lado, não podemos esquecer que a alta valorização da pontuação de publicação nacional em fontes internacionais, por parte das agências brasileiras de fomento à pesquisa, de forma indireta, acabam contribuindo para a pouca densidade das publicações nacionais e o aumento da dependência dos editores científicos internacionais.

Para comprovar a importância do trabalho em acesso aberto, Machado (2005, p.6), utilizando os dados levantados por Brody (2004) na base do ISI, elabora um quadro comparativo do percentual de impacto entre os artigos de acesso aberto versus aqueles de acesso restrito. O resultado comprova que na área Biomédica a diferença de impacto pelo acesso aberto é da ordem de 218% e na área de História supera a ordem de 1000 %, o que demonstra a ampliação da visibilidade dos artigos disponíveis livremente na Internet e a custos infinitamente menores do que a publicação em periódicos internacionais.

Em suas conclusões, Machado (2005, p. 17) afirma que “a maior barreira para melhor disseminação das publicações digitais, infelizmente, é o conservadorismo acadêmico”. Segundo o autor, “há um choque entre o compartilhamento do saber com base na ação coletiva e as velhas práticas que agem em sentido contrário pela concentração e privatização do saber, enquanto uma forma de poder. Este antagonismo reflete “as diferenças de matrizes ideológicas e comportamentais conflitivas que afetam não apenas o campo acadêmico, mas também os campos cultural, social e econômico”, Machado (2005, p.18). Nesse sentido julga-se de fundamental importância contribuir para fortalecer o debate no âmbito da Comunidade Científica, e de outros setores da sociedade, em torno das implicações sobre os problemas concernentes à adoção do modelo atual de gestão e avaliação da produção científica. Igualmente, considera-se imprescindível apontar a necessidade de uma visão crítica, especialmente por parte dos órgãos estatais de ciência e tecnologia. Por um lado, mais investimentos são feitos em educação e pesquisa no Brasil e por outro, o impacto desse esforço é minimizado pela falha em não procurar novas oportunidades – como aquelas que o Acesso Livre pode oferecer - para ampliação da disseminação dos resultados de pesquisa.

No Brasil, após vinte anos de ditadura militar, o movimento político pela “Abertura política” propiciou a transição para uma nova democracia que afirma o acesso à informação como um direito de todos e dever do Estado, conforme a Constituição Brasileira de 1998. Hoje, para garantir o avanço da Ciência em prol da melhoria da qualidade de vida e saúde de cada cidadão aponta-se para a necessidade de uma nova abertura com vistas a aprovar a obrigatoriedade do depósito, em repositórios institucionais (RI) de todo trabalho científico, financiado por recursos públicos.

Resultados parciais

A presente pesquisa identificou no país iniciativas de Acesso Livre como: Adesão ao movimento internacional pela Declaração de Berlim e, pela Saúde, com a Declaração de Salvador além de iniciativas como o desenvolvimento da Biblioteca Virtual em Saúde e do

Portal SCiELO de periódicos científicos e diversos periódicos eletrônicos de acesso público.